LITERATURA, MEMÓRIA E NARRATIVA HISTÓRICA EM MOÇAMBIQUE

LITERATURA, MEMORY AND HISTORICAL NARRATIVE IN MOZAMBIQUE

Fernanda Bianca Gonçalves Gallo*

Resumo: Através do debate em torno do poder pós-colonial nas antigas colônias portuguesas, o presente texto situa os mecanismos de produção de uma história oficial focada na luta de libertação e o modo pelo qual parte da literatura produzida em Moçambique vem oferecendo outras possibilidades de narrativas históricas por meio de temas como, por exemplo, o deslocamento populacional.
Palavras-chave: História, narrativas, literatura, Moçambique

Abstract: Through the debate about postcolonial power in the former Portuguese colonies, the present text situates the mechanisms of production of an official history focused on the liberation struggle and the way in which part of the literature produced in Mozambique has been offering other possibilities of historical narratives through themes such as, for example, population displacement.
Keywords: History, narratives, literature, Mozambique

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Uma das atuais problemáticas que envolve a pesquisa sobre (e no) continente africano se refere ao exercício de poder posto em prática após as independências e as narrativas elaboradas em torno dos processos de libertação das novas nações. Neste contexto, entra em jogo uma complexa disputa entre memória e história oficial, que vem sendo acirrada com o debate sobre as opções políticas dos governos dos países pós-independentes. Entre as mais diferentes análises, nota-se uma tendência que parece oscilar, por um lado, entre um pessimismo sem saída, fruto da opção que privilegia aquilo que se entende por continuidade colonial e, por outro, uma opção pela agência africana que ultrapassaria os condicionantes estruturais. Diante deste impasse, Stephen Ellis (2002) questiona se deveríamos insistir nas continuidades coloniais, analisar o presente a partir dos ideais da independência que não se concretizaram ou tentar construir um meio termo.

Este dilema pode ser enfrentado das mais variadas maneiras. Autores como Crawford Young (2004), por exemplo, se afastam do colonialismo e pontuam que a crise do estado africano é menos uma crise endêmica, fruto apenas de um passado colonial, e mais resultado do ambiente internacional, radicalmente alterado pelo colapso da União Soviética e suscetível à pressão pela liberalização. A chave de análise seria, portanto, focar na reordenação da política do final dos anos oitenta. Young argumenta ainda que o tempo decorrido desde o fim do período colonial possibilitou uma experiência histórica que teria remodelado a memória social, obscurecendo o passado colonial. Um número cada vez menor de africanos deixou de experimentar qualquer lembrança direta da era colonial, o que não sustenta paradigmas de análise centrados exclusivamente neste período para entender questões atuais.

No que se refere à história da África, Frederick Cooper (2008) expõe o risco de uma análise que explore o binarismo colonial através de variações dicotômicas, como o moderno versus o tradicional, ou "o imperialista destruidor versus a tolerante comunidade de vítimas" (ibid., p. 23). Defendendo a complexidade do engajamento dos africanos com instituições importadas e interpretações por eles produzidas, Cooper aponta que o problema do enfoque binário é deixar de lado as contradições originadas de estruturas sociais específicas ao contexto africano. Portanto, entendendo o colonialismo como um período não hegemônico, também as formas de resistência podem ter sido menos frontais, mas igualmente deslegitimadoras do colonialismo. Não apenas as resistências com

"R maiúsculo", como ironiza o autor, e que, na maioria das vezes, serviram como símbolo da nação pós-colonial, devem ser consideradas enquanto tais pois tanto mulheres quanto homens resistiam "afastando-se do coletor de impostos ou agente recrutador, ignorando ordens, respondendo de forma insolente e criticando as afirmações de missionários, médicos e educadores" (ibid., p. 40).

Já Achille Mbembe (1992) aponta que as arbitrariedades coloniais estão intimamente ligadas às formas de comando do poder pós-colonial. Contudo, o estado pós-colonial teria formulado um conjunto de práticas e de imbricação de pessoas, criadoras de um mundo de significados próprios. Para institucionalizar esses códigos, um cerimonialismo exacerbado do poder, que resultou em servilismo político, foi posto em prática de forma arbitrária e violenta, sendo a construção de uma narrativa histórica oficial um dos elementos que atuam para legitimar a hegemonia do estado que procura ser, ao mesmo tempo, "narrativa, sistema simbólico e revelação" (id., 2013). Nesse verdadeiro "regime de verdade", muitas das experiências da população africana são suscetíveis de serem contadas, pois a própria construção da ordem desses estados pressupõe o controle de nomear as realidades no mundo social e da história para então codificá-las e modelizar as representações.

Nessa direção, o historiador moçambicano e autor de diversas obras literárias João Paulo Borges Coelho (2015) aponta que para proclamar "a verdade", ou a "grande fábula", como ele mesmo nomeou, tais estados teriam se empenhado em coibir publicamente as "lembranças perigosas" que, porventura, evoquem exigências de liberdade e demonstrem lacunas nos sistemas estáticos de verdade e nomeação de acontecimentos históricos. Portanto, a história recente seria, em muitos países africanos, objeto de reconstrução oficial, já que "O Estado africano não se contenta com o papel de um Estado-teológico responsável por enunciar a verdade derradeira, também pretende ser um Estado-Historiador" (MBEMBE, 2013, p. 83).

No caso de Moçambique, a história eleita para a construção identitária do estado pós-independente, que, em 2015, festejou 40 anos, centrou-se na memória política da luta de libertação e em certos participantes selecionados como ativos. Segundo essa narrativa, a vivência na luta e, em especial, nas zonas libertadas, teria criado uma unidade moçambicana que propiciou a derrota do

sistema colonial[1]. Essa "grande fábula" da história oficial moçambicana, uma história contada (e não propriamente escrita), tem um claro fundo moral e ajudou a legitimar as políticas governamentais do pós-independência. E essa memória política, resultado da experiência da libertação, continua a iluminar o passado, guiar a atual vida política e projetar o futuro (COELHO, 2015).

Diante desse cenário, a literatura produzida em Moçambique, ao promover "uma redefinição da relação entre presente e passado, ficção e realidade" (BRUGIONI, 2014, p. 44), parece se posicionar entre as continuidades e as rupturas pós-coloniais. Além disso, como este texto se esforçará em mostrar, parte dessa literatura oferece uma possibilidade de narrativa descentrada da grande narrativa de libertação e sensível a histórias outras, incluindo as narrativas de deslocamento populacional, que marcam profundamente as vidas moçambicanas, mas continuam sendo pouco contempladas pela história oficial.

Memória e História

> *Se eu te dissesse que a história que tu estudas tem mentiras; Que o teu cérebro é lavado em cada boa nota que tiras; Que a revolução não foi feita só com canções e vivas; Houve traição, tortura e versões escondidas[2]. Mano Azagaia*

O trecho citado acima faz parte da música "Mentiras da verdade" cujo clip é interpretado pelo autor da música, o rapper moçambicano Mano Azagaia. No clip, o personagem recebe um telefonema ameaçador e, depois disso, reúne seus escritos e tenta fugir de casa, mas é apanhado, torturado e assassinado. Azagaia já foi preso, suas letras foram censuradas e ele foi acusado pela Procu-

[1] As zonas libertadas eram territórios onde a administração colonial tinha sido expulsa e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) passou a comandar após o início da guerra de libertação, em setembro de 1964. À medida que a guerra avançava, as zonas iam sendo erguidas, sobretudo nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete principais frentes da guerrilha.

[2] Trecho da letra do rapper moçambicano Azagaia. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/azagaia/as-mentiras-da-verdade.html#ixzz41fxaCQuV>. Acesso em out. 2017.

radoria Federal da República por atentado contra a segurança do Estado devido à música "Povo no Poder". O mais interessante no caso Azagaia é que alguns sociólogos moçambicanos, reivindicando o que chamam de "neutralidade empírica", lançaram um debate sobre a suposta falta de critérios teóricos e metodológicos usados pelo rapper ao questionar a versão oficial da história, evidenciando o quão sensível é a narrativa da jovem nação (cf. debate em RANTALA, 2015).

O exemplo demonstra o sensível jogo da politização da memória. E entendendo a memória enquanto um local de disputa política e moral, Richard Werbner (1998) chama atenção sobre o grau de risco das memórias pessoais dos governantes do pós-independência africano se articularem com a memória pública oficial, no que chama de crise da memória como prática pública, em um contexto de florescimento do memorialismo no estado e de uma contra-memória popular. E é nesse princípio autoritário em torno de um monopólio legítimo da proclamação da verdade que o estado pós-colonial vem se esforçando em definir o modo como os agentes sociais devem se ver, se interpretar e interpretar o mundo. No caso moçambicano, sua glorificação constante da independência, presente nos feriados nacionais, nomes de praças, ruas, escolas, na publicação de biografias e na inauguração de monumentos aos chamados "grandes heróis", busca instituir e reforçar a ideia da "grande narrativa da libertação" e, com isso, formar e manter o princípio de uma visão legítima.

Contrapondo-se a essas memórias oficiais, Michel Pollak (1989) pontua que a emergência das memórias subterrâneas, marginalizadas e silenciadas dos ausentes da história vem causando um significativo debate e uma verdadeira disputa entre memórias. Para equilibrar a disputa, o autor lembra que não se trata de historicizar aquelas memórias que já deixaram de existir, mas sobretudo atentar para as memórias "que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível" e que "afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados" (ibid., p. 3 e 15).

Ainda no debate sobre história e memória, o historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (1995) ajuda a pensar como a própria historicidade compõe algumas narrativas em detrimento de outras, poderosas o bastante para tornarem-se a história aceita. Insistindo no fato de que aquilo que a história é importa menos que o modo como ela funciona, dentro e fora da academia, Trouillot ressalta que a história também se revela por meio da produção de narrativas específicas. Nesse sentido, importa discutir o processo e as condições de produção dessas narra-

tivas, já que as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. Os ausentes *na* história e não somente *da* história nos dão indícios sobre as relações de poder na própria produção historiográfica, que desconsidera, por exemplo, a revolução haitiana como parte da "era das revoluções" (HOBSBAWM, 1996).

Ibrahima Thiaw (2010) também aponta como certas opções acerca do que reter do passado podem criar identidades raciais, nacionais e étnicas imaginadas. Nesse tocante, o autor problematiza a ilha de Gorée, reconhecida como um dos grandes centros de comércio escravista e sua transformação no lugar de excelência da memória africana e afro-americana, reativada nas visitas ao museu *Maison des Esclaves.* Nessa versão da memória, que privilegia o sistema escravocrata e se detém no número de escravos como dado central, contextos anteriores ao tráfico raramente são considerados. Através de pesquisa arqueológica, Thiaw amplia o escopo investigativo ao questionar o papel central do comércio de escravos na ilha, afirmando que a memória produzida em torno do contato do Atlântico em Gorée é útil para as metanarrativas nacionalistas e pan-africanistas, mas não dá conta da multiplicidade de variações de experiências de contato das diferentes sociedades africanas que, como quaisquer sociedades, também possuem contradições locais.

Portanto, esses autores ajudam a problematizar a memória enquanto palco de uma disputa intimamente ligada com as representações de poder que se pretende sustentar. Em Moçambique, a disputa pela memória vem sendo discutida nos últimos anos especialmente porque os velhos combatentes da guerra de libertação, ou assim considerados, passaram a publicar suas próprias memórias em forma de biografias ou relatos[3]. Não por acaso, o Coronel Sérgio Vieira, alto escalão da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e natural de Tete, publicou, em 2009, um calhamaço intitulado *Participei, por isso testemunho*[4] em uma evidente demonstração de poder entre a memória pessoal tornada pública e a memória oficial, na história recente. Vieira também foi responsável pelo re-

[3] Entre eles, o próprio ex-presidente Chissano em: CHISSANO, Joaquim. *Vidas, lugares e tempos*. Maputo: Texto Editores, 2011, v. 1.

[4] VIEIRA, Sérgio. *Participei, logo testemunho*. Maputo: Ndjira, 2009.

latório sobre a morte de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, em 1969, e recentemente concedeu uma entrevista afirmando que "Eu não tenho a minha versão da morte de Mondlane, **mas a versão**" (grifo meu), em uma mais do que óbvia relação entre memória e poder (Sérgio Vieira, em entrevista a Marta Barroso, 2014).

Contudo, já em 1986, intelectuais como Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, vinculados ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, questionavam se uma história focada na luta de libertação dirigida pela FRELIMO seria o suficiente para compreender o processo de transição em si. E, ao que tudo indica, focar unicamente na FRELIMO, além de adiar a discussão sobre outras propostas existentes no período, minimizou a participação de pessoas que não necessariamente pegaram em armas, mas que, através de um conjunto de estratégias próprias, driblaram o *chibalo*, fugiram de Moçambique, sonegaram impostos e, assim, corroboraram, pouco a pouco, com o esfacelamento do poder colonial, a exemplo das diferentes estratégias de deslocamento populacional[5].

Além do âmbito intelectual, a grande narrativa da libertação enquanto memória oficial é questionada em diferentes instâncias. Na política, o líder da oposição, Afonso Dhlakama, do partido RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), reivindica um protagonismo histórico em torno da guerra dos 16 anos, que, para ele, foi uma guerra pela democracia e pelas eleições livres e multipartidárias. David Simango, líder do partido MDM (Movimento Democrático de Moçambique), rememora o papel de seu pai, Uria Simango, na luta de libertação, reivindicando também seu espaço na história oficial, divulgado em um dos livros que estremeceu a versão oficial da história e teve grande repercussão em Moçambique[6]. Mas em que medida a literatura é capaz de apresentar alternativas a uma narrativa histórica centrada na luta de libertação moçambicana?

[5] Chibalo era o trabalho forçado exigido aos categorizados como *indígenas*.

[6] NCOMO, Barnabe Lucas. *Uria Simango*: um homem, uma causa. Maputo: Edições Nova África, 2004.

De dentro, do Congo e do Alto Zambeze, vinham novos viajantes com o ouro, o marfim e a borracha, gente de costumes diferentes mas bons conversadores e ingênuos como são as pessoas do interior, pois a artimanha se conquista com o contato com os diferentes, e este contato se faz mais facilmente através do mar. Até que ingleses e belgas se ficaram por aquelas paragens de onde eles vinham e os fizeram levar aqueles produtos por outros lugares e nunca mais por aqui passaram. De baixo chegavam as hordas Angunes com rodelas pretas na cabeça e uma organização implacável de formigas gigantes que deixavam um rastro de sangue à passagem do seu gado e seus soldados, gente do Sul, austera e militar, muito diferente dos anteriores e que surgiam dando ordens como se há muito ali estivesse. Do mar, chegavam as companhias do Geral Castilho, praças amarelas e infectadas de malária sem saberem o que ali faziam e que acabavam por morrer ou se amantizar com mulheres locais, querendo muito deixar de ser diferentes para aproveitar do que estava disponível aos da terra. Tinham, os seus chefes, o fito de acabar com toda aquela desordem para impor nova desordem e conseguiram-no, como a história acabou por comprovar. E, finalmente, passavam ainda os muzungus do lugar, gente sem escrúpulos nem descanso, em razias permanentes que por serem sujas e malévolas não deixam, à sua maneira, de ser viagens.

E o povo daquela terra concluiu que se todos viajavam, chegando e partindo, vendendo e comprando, também ele podia viajar e conhecer novos lugares,

> *vendendo seu trabalho e comprando o que lhe quisessem dar. E toda aquela e outra gente parecia disposta a ajudá-los nessa sua vontade. Espalharam-se recrutadores pelo campo, prometendo tudo a quem quisesse com eles ir, avançando até o dinheiro para a viagem. E partiram gerações atrás de gerações, de tal forma que a partida lhe ficou no sangue e não seria um povo inclinado a ficar na sua terra.*
> *(João Paulo Borges Coelho, 2003, p. 115)*

É no campo de batalha entre história oficial e memória que a literatura produzida em Moçambique lança um instigante debate sobre a construção da nação através de temas, como, por exemplo, o deslocamento populacional muitas vezes forçado. Sobretudo autores como Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho (JPBC), ambos historiadores, vêm publicando textos literários (alguns deles acompanhados de documentos históricos) e, através destes, propõem histórias outras, algumas insistentemente silenciadas. Em suas obras, personagens e tramas parecem diluir o passado no presente e a ficção na realidade, fazendo da literatura um espaço acolhedor para testemunhos e memórias ignoradas pela história nacional. O próprio João Paulo afirma que tanto sua produção historiográfica quanto a literária são uma espécie de narrativas da intuição. História e ficção seriam "expressões e práticas independentes, embora numa perspectiva mais geral de interpretação da vida, elas, sem dúvida, se complementem" (CHAVES, 2009). História e literatura seriam, portanto, elaborações do possível e do plausível a partir de experiências vividas (PESAVENTO, 2003).

Para Nazir Cahn (2014), escritores já legitimados no campo literário moçambicano, como os citados acima, ao participarem da história recente do país, construíram uma relação mais direta com as várias dimensões da realidade, incluindo a utopia, o desencanto e isolamento[7]. E é nessa condição de "exilado" da atual cena política dominante, de alguém que não se sente como parte integrada,

[7] Para este autor, o campo literário é composto por redes transnacionais que acabam por consolidar a legitimação dos escritores e por redes nacionais mais restritas ao circuito secundário de produção.

que esses escritores "têm desafiado as elites políticas e procurado apresentar (a leitores próximos e distantes) os rumos de uma nação atravessada pela turbulência" (ibid., p. 11).

Nação esta encravada na beira do oceano Índico, cuja dimensão simbólica, social e histórica, segundo Elena Brugioni (2014), é capaz de gerar um paradigma crítico e cultural transnacional específico. Analisando as possibilidades de uma cartografia alternativa na literatura produzida no Índico, a autora propõe uma crítica literária que não se restrinja a categorizações meramente linguísticas ou nacionais / regionais[8]. Portanto, uma literatura Índica promoveria um horizonte contextual mais alargado que aquele produzido pela nação, região ou língua e "esta revisão conceptual e epistemológica permitiria o surgimento de constelações teóricas diversificadas que não se fundamentam apenas numa relação de oposição entre *colonialidade* e *condição pós-colonial*" (ibid., p. 40). Para a autora, um dos escritores que promoveria esse reposicionamento espacial e temporal é João Paulo Borges Coelho.

Exemplo interessante nesse sentido é seu personagem Jamal, um costureiro na ilha de Moçambique, que, além de fabricar peças para turistas estrangeiros, tece um pano encantado (título do conto) ao construir, com linhas e agulha, o caminho histórico e simbólico do deslocamento das águas que circundam a ilha. Ao tecer as terras como Mtwara, Lindi, Kilwa, Mafia e Begamoyo, onde perdurou o tráfico de escravos, "Jamal não esqueceu de bordar em ponto de argola essa memória, para nos fazer lembrar as correntes que prendiam às pedras dos desgraçados; correntes que ali estavam para que, se algo se escapasse, fosse apenas o desejo que eles tinham de liberdade" (COELHO, 2005, p. 35). A longa viagem criada por Jamal em seu pano grosso mostrou que partida e destino eram o mesmo lugar e, diante dessa evidência, o narrador questiona se isso não seria um erro do bordadeiro: "Confundindo a realidade direita do percurso com o círculo das suas ideias? Longe disso, porque com o artifício quis Jamal mostrar que era necessário ir e voltar para que tudo ganhasse sentido e ele pudesse ser um haji, um fiel que visitou a Cidade" (ibid., p. 36).

[8] Como, por exemplo, as chamadas "literatura anglófona", "literatura francófona" de cariz colonial devido ao apego linguístico ou ainda a "literatura moçambicana" ou "literatura da África ocidental" de caráter regional. Tais caracterizações geralmente definem a chamada "literatura africana" e, portanto, são utilizadas pela autora com as devidas aspas.

Ou seja, as estórias do Índico fornecem indícios de uma articulação entre memórias privadas e narrativas históricas em uma perspectiva transnacional, ou em uma cartografia alternativa, como sugere Brugioni (2014). Além disso, como lembra a autora, a proposta literária de João Paulo questiona uma visão celebratória da história ao entrelaçar memórias e testemunhos individuais, muitos deles pautados pelos sucessivos processos de deslocamento forçado, ou não, a que grande parte da população moçambicana vivenciou.

O deslocamento é um tema inerente à história moçambicana. No caso do Vale do Zambeze, contemplado na citação do início desta seção, além da movimentação gerada por diferentes povos e também pelo comércio vindo do golfo Pérsico desde o século XII (NEWITT,1997), ressalta-se a chegada dos portugueses no século XVI e a instituição dos Prazos da Coroa, caracterizados pelo arrendamento de terras, bem como a atuação dos estados militarizados somada à escravização e às sangrentas invasões *nguni* que, no século XIX, provocaram grandes vazios demográficos no vale (ISAACMAN, 1979) assim como as Companhias Concessionárias (terras arrendadas a empresas estrangeiras como Sena Sugar Estates) que, ao introduzirem a monocultura de produtos como algodão, alteraram os modos de vida locais de diversos habitantes da região centro e norte. Contudo, a partir da ocupação efetiva do território moçambicano pelos portugueses, em fins do século XIX, o deslocamento populacional se acirrou devido a três principais elementos: o trabalho forçado, a expropriação de terra dos categorizados *indígenas* e a constante cobrança de impostos (HEAD; MANGHEZI, 1981 e ZAMPARONI, 2007).

Essa tríade desestabilizadora motivou milhares de moçambicanos a se deslocarem para os países vizinhos. Na década de 1960, os aldeamentos coloniais, instituídos para impedir o contato com os nacionalistas, concentraram forçadamente quase metade da população moçambicana. E no pós-independência, com o intuito de otimizar o modo de produção segundo parâmetros socialistas de trabalho coletivo, a FRELIMO instituiu as aldeias comunais, cuja organização espacial foi comparada aos aldeamentos coloniais (COELHO, 1993). Enfim, os elementos aqui citados, somados à guerra de independência (1964-1974), à guerra dos 16 anos (1976-1992) entre RENAMO e FRELIMO, e às constantes cheias e secas fazem dos moçambicanos uma "população com malas às costas", como bem indicou a pesquisadora Inês Raimundo Macamo (2011). Atualmente, os reassentamentos construídos por empresas como a mineradora Vale, em

Moatize-Tete, parecem dar continuidade a um longo processo de deslocamento não voluntário na região do Zambeze (GALLO, 2016)[9].

Portanto, a insistência de projetos de reordenação, embora ignorada pela história oficial, é abordada em obras literárias, como, por exemplo, *Campo de trânsito* (2007), de JPBC, e em *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa, ao tratarem dos polêmicos campos de reeducação do período socialista moçambicano. A obra de Khosa traz no próprio título a problemática aqui levantada e, parágrafo a parágrafo, o autor vai manifestando sua crítica em relação às ações do pós-independência, nas quais teria preponderado a "edificação de uma nova moral em catecismos inventados na hora" (Khosa, 2013, p. 65), período ao qual um de seus personagens resumiu como "um grande campo de tênis privado onde os pequenos donos se limitam a estender a rede a seu bel prazer em locais que acham seus, por direito adquirido nas matas de libertação. Um direito circunscrito a pequena elite" (ibid., p. 101). Ou seja, o direito adquirido nas matas de libertação teria inequívoca relação com a memória aceita e com o "direito" de silenciar outras narrativas, como as daqueles enviados aos campos de reeducação e, por que não, dos milhares de deslocados em diferentes momentos da história moçambicana.

Como se buscasse simular a desterritorialização em palavras, Khosa constrói uma representação dos silenciamentos, tanto na história nacional quanto pessoal, nas memórias apagadas em torno do sentimento de pertença. Esse é o caso do personagem Pedro, que passa os dias a vivenciar a boemia de Maputo, cidade onde nasceu após seu pai, Lotasse, emigrar movido pelo trauma de ver o avô de Pedro matar seu boi predileto para um ritual familiar. Porém, mesmo em um contexto socialista onde as tradições passaram a ser entendidas como um atraso, Pedro passa a ser constantemente atormentado por um sonho no qual baratas fazem sexo e se automutilam. Cismado com a recorrência dessas imagens, Pedro procura um curandeiro que "limitou-se a indicar o caminho da ancestralidade desconhecida, aos avós de que não tinha memória, à mátria ter-

[9] Na minha tese, por exemplo, trabalho com a semelhança entre os aldeamentos coloniais (edificados para barrar a presença dos nacionalistas), as aldeias comunais (para acelerar a coletivização socialista) e os atuais reassentamentos resultantes dos megaprojetos de exploração de recursos naturais na Província de Tete, Moçambique. Ver: GALLO, Fernanda. *Andando a procura dessa vida*: dinâmicas de deslocamento na Província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. (Tese de Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

ra de campas estranhas e obliteradas pela revolução" (Khosa, 2013, p. 218). E, assim, deixando para trás o cimento, as fardas, os discursos, os cafés, as casas nacionalizadas, os grupos dinamizadores, os comprometidos, Pedro volta, sem nunca ter ido, para a terra da família Chibindzi que há muito o aguardava. Lá escolhe um boi (animal que levou o pai a abandonar a terra ancestral), dá seu próprio nome a ele e, com isso, assume seu chão, indicando um deslocamento pessoal para além das cartilhas socialistas.

Já em *As duas sombras do rio* (2003), JPBC aborda o deslocamento resultante da guerra dos 16 anos e seus milhões de refugiados e deslocados internos em diálogo com os processos históricos da região do Zumbo e do próprio rio Zambeze, "uma larga e majestosa fita de prata que separa a terra do céu. Uma grande cobra que vem de Angola e corre para o mar, para o fim do mundo" (Coelho, 2003, p. 218). Contudo, nem sempre este ir e vir literário-histórico é visto com muita simpatia. Pina Cabral (2005), por exemplo, afirmou que o livro indica uma *crise de fraternidade* estabelecida em "momentos de vida ou de morte em que os laços criados entre pessoas pela pertença comum são irrevogavelmente negados ou reforçados de forma sublime" (ibid., p. 237), como no caso da guerra civil moçambicana retratada na obra. Embora identifique o esforço de JPBC em narrar a guerra através de personagens que vivem à beira do Zambeze e suas relações estabelecidas com os vizinhos Zimbábue e Zâmbia, Cabral critica a posição de Borges Coelho ao fazer uso de uma história recuada sem elencar, de forma clara, os responsáveis pela guerra civil, optando, inclusive, em representar a RENAMO como "bandidos selvagens, violadores sem causa" (ibid., p. 239). Para Cabral, esta primeira obra literária de João Paulo não teria colocado os devidos "pontos nos is" acerca das inúmeras contradições que resultaram na quebra dos laços de fraternidade vividos no pós-independência, situação, em grande medida, criada pela FRELIMO em ações que contribuíram para a dissociação de laços comunais, como a "Operação produção", as aldeias comunais e a idealização do homem novo que pouco ou nada tinha a ver com os anseios e expectativas da população.

No entanto, argumento que o fato de não explicitar a "causa das armas" (GEFFRAY, 1991) talvez seja uma estratégia de JPBC para escrever um texto literário no qual diferentes temporalidades são trazidas à tona pela memória e pela história. Ou seja, há a opção por falar no comércio de ouro, marfim e de gentes na antiga feira do Zumbo, e também de Mama Mére, uma traficante contemporâ-

nea de marfim, além de indicar a continuidade dos processos de deslocamento e dos sistemas de governo que pouco se interessam pelas complexidades locais, isso tudo me parece uma estratégia de quebrar com o binarismo colonialismo e pós-colonialismo, já que tanto o tráfico de escravos, a expropriação de terras pelas companhias, os coletores de impostos e recrutadores de trabalho, quanto o reordenamento rural nos aldeamentos, aldeias comunais e também as guerras de independência e civil impulsionaram os habitantes de Tete à procura de uma sombra em possíveis "ilhas" em que pudessem sobreviver, mesmo que confrontados pela contradição entre os espíritos do leão e da cobra, encarnada pelo personagem Leônidas Ntsato. Como bem pontuou Roberta Franco (2013), trata-se de um romance com personagens marcados pelo deslocamento, fruto de encontros e desencontros que formam a região, a exemplo, temos a esposa de Leônidas, Amina, que viera fugida da sua terra, ou o administrador Nganga Gomanhundo, que seria alguém "quase dali", também a traficante Mama Mère, que chegara do Congo há muitos anos, ou ainda Dona Flora, uma "mulata de Tete", e, por fim, Amoda Xavier, que há muito tempo deixara Tete e atravessara o Zambeze para sul. Portanto, esta e as outras obras de João Paulo apontam que um "entrelaçamento entre gestos humanos e fatos históricos [no qual] desenha-se uma epopeia menor proporcionada pela descoberta de sujeitos e espaços emblemáticos, cujas memórias e testemunhos são resgatados — e simultaneamente resgatam — [d]a História" (BRUGIONI, 2012, p. 392).

E talvez seja essa a grande contribuição dessa literatura produzida recentemente em Moçambique. Ao transformarem a história em narrativa literária, especialmente Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho, acabam também por rediscutir uma historiografia clássica, invocando "o lado humano ocultado nas sombras abandonadas da(s) História(s)" (CAHN, 2009). Nesse sentido, JPBC chama atenção para uma história dominante que não deixa espaço para as memórias individuais, privadas e mesmo conflituosas e que não cabem na comum espetacularização do movimento de independência. Para ele:

> A cultura histórica estabelecida é aquela que torna palatável e enriquece uma versão da história pré-existente. Como se esta última fosse uma coluna vertebral e o suposto papel da história não fosse desmontar as vértebras mas, antes, limitar-se a trazer carne para "encher" os ossos. Como se os episódios silenciados, auto-silenciados, nunca tivessem existido. Não há história sem o permanente

> questionamento dos seus fundamentos. A actividade da história é indissociável da reflexão epistemológica. Não é o conteúdo das narrativas dominantes que eu questiono, mas a metodologia por detrás da sua construção (Coelho apud Brugioni, 2010, p. 435).

Voltando ao assunto da memória, parece fundamental pontuar que história e memória são coisas diferentes, já que a memória pessoal, por exemplo (e não propriamente a memória produzida como história oficial), é afetiva e está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. É algo "suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações" (NORA, 1993, p. 9), enquanto que a história é uma reconstrução incompleta daquilo que não existe mais, uma representação do passado. E, por ser fruto de um processo de subjetivação, a memória é o resultado do confronto e do diálogo que perpassam tanto as esferas individuais quanto as coletivas. Já a memória histórica, para Maurice Halbawachs (1990), resulta de alguns acontecimentos nacionais transformados em história oficial. Para esse autor, a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois é no interior do grupo de convívio ou no grupo de referência que a memória é gestada. Com isso, a memória permite a constituição de uma narrativa sobre o passado de forma peculiar, pois trata-se de um "passado vivido" diferente de um passado apreendido pela história escrita.

Nessa vasta discussão também Paul Ricoeur (1994) reflete sobre as questões atuais que envolvem a memória, deslocando-a, não como simples matriz da história, mas como uma reapropriação do passado histórico, ou seja, uma memória instruída pela própria história, como, por exemplo, nos casos de anistia que fazem uso político da memória. E, assim, memória e história se relacionariam com o esquecimento, cujas estratégias se enxertariam diretamente no trabalho de configuração como evitação, evasão, fuga, bem como formas de rememoração.

Talvez por não ser caracterizado como resistência com "R maiúsculo" como pontuou Cooper (2008), o tema dos deslocamentos foi excluído da narrativa da formação da nação moçambicana, embora faça parte, de forma intrínseca, dos processos históricos do país. E, nesse caso, é a literatura, ciosa de uma narrativa diversa e dinâmica sobre a história de Moçambique e suas gentes, que traz à tona memórias dos mais diversos processos de deslocamento vividos e silenciados.

Para concluir essa breve conversa, como bem pontuou Borges Coelho (mais uma vez!), a fábula da libertação moçambicana produzida no pós-colonialismo se baseia em uma espécie de folha branca, como se "a história e a vivência de cada um não contasse, esmagadas pela narrativa da libertação. Como se o preço a pagar por uma grande dignidade fosse forçosamente o apagamento das pequenas dignidades" (BRUGIONI, 2010, p. 428-429). E são justamente essas "pequenas dignidades" encontradas na literatura que ampliam a narrativa histórica moçambicana e trazem à tona o desencanto, a utopia, a contradição, experimentados por gente comum moçambicana, que complexam os sentidos e os sentimentos vividos nos 40 anos da jovem nação cuja diversidade a FRELIMO buscou dirimir em nome de uma unidade nacional que seria alcançada por meio da coletivização socialista, esquecendo-se que os moçambicanos "são feitos de sacos de diferentes feitios" (KHOSA, 2013, p. 65).

Referências

BARROSO, Marta. "Eu não tenho a minha versão da morte de Mondlane, mas a versão", diz Sérgio Vieira [entrevista a Sérgio Vieira]. *Deutsche Welle Africa*, em 25 de jun. 2016. Disponível em: <http://p.dw.com/p/1Bdk1>. Acesso em: out. 2017.

BRUGIONI, Elena. A literatura e o léxico da pós-colonialidade. Uma conversa com João Paulo Borges Coelho. *Diacrítica*, Vila Nova de Famalicão, nº 24/3, 2010, p. 427-441.

BRUGIONI, Elena. Resgatando histórias épicas modernas e pós-colonialidade: uma leitura de *o olho de hertzog,* de João Paulo Borges Coelho. *Journeys / Itinerâncias. Percursos e representações da pós-colonialidade*, Vila Nova de Famalicão, 2012, p. 391-404.

BRUGIONI, Elena. Narrando o índico: contrapontos entre paradigmas críticos e representações: João Paulo Borges Coelho e M.G. Vassanji**.** *Revista lusófona de estudos culturais,* Aveiro, v. 2, nº 1, 2014, p. 35- 53.

CABRAL, João de Pina. Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial**.** *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, nº 24, jul. / dez. 2005, p. 229-253.

CAHN, Nazir Ahmed. Para além da História: *Campo de trânsito* de João Paulo Borges Coelho. *Via atlântica*, São Paulo, nº 16, dez. 2009, p. 105-117.

CAHN, Nazir Ahmed. Centros e margens em contextos literários africanos: notas sobre o caso moçambicano. In: II CONGRESO DE ESTUDIOS POSCOLONIALES / III JORNADAS DE FEMINISMO POSCOLONIAL, 2014, Universidad de San Martín, Buenos Aires. Dis-

ponível em**: <**http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/10%20-%20NAZIR.pdf>. Acesso em: out. 2017.

CHAVES, Rita. Entrevista com João Paulo Borges Coelho. *Via Atlântica*, São Paulo, nº 16, dez. 2009, p. 151-166.

COELHO, João Paulo Borges. *Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982):* a history of state resettlement policies, development and war. (Tese de PhD). Bradford: Universidade de Bradford, 1993.

COELHO, João Paulo Borges. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie*, Paris 2003, p. 175-193.

COELHO, João Paulo Borges. *As duas sombras do rio.* Lisboa: Outras Margens, 2003.

COELHO, João Paulo Borges. *Índicos indícios I* – Setentrião. Lisboa: Caminho, 2005.

COELHO, João Paulo Borges. *Índicos indícios II* – Meridião. Lisboa: Caminho, 2005.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, nº 106, 2015, p. 153-166.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a história colonial da África. *Anos 90***,** Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 21-73.

ELLIS, Stephen. Writing histories of contemporary Africa. *The journal of African history*, Cambridge, v. 43, nº 1, 2002, p. 1-26.

FRANCO, Roberta Guimarães. As duas sombras do rio: a cisão como herança. *Mulemba*, Rio de Janeiro, v.1, nº 8, jan. / jul. 2013, p. 125-140.

GALLO, Fernanda. *Andando a procura dessa vida*: dinâmicas de deslocamento na Província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. (Tese de Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

GALLO, Fernanda. (Des)encontros do Brasil com Moçambique: o caso da Vale em Moatize. In: MORAIS, Carolina Maíra Gomes; PEREIRA, Matheus Serva; MATTOS, Regiane Augusto de Mattos (org.). *Encontros com Moçambique*. Rio de Janeiro: Ed. PUCRJ, 2016, p. 235-264.

GEFFRAY, Christian. *A causa das armas*: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Afrontamento, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEAD, Judith & MANGHEZI, Alpheus. O trabalho forçado por quem o viveu. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 2, 1981, p. 27-36.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ISAACMAN, Allen. *A tradição da resistência em Moçambique*: o vale do Zambeze 1850-1921. Porto: Afrontamento, 1979.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Entre as memórias silenciadas.* Maputo: Alcance, 2013.

MBEMBE, Achille. Provisional notes on the postcolony. *Africa:* journal of the International African Institute, Cambridge, v. 62, nº 1, 1992, p. 3-37.

MBEMBE, Achille. *África insubmissa:* cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Mangualde; Ramada: Pedago; Luanda: Mulemba, 2013.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa América, 1997.

NORA, Pierre**.** Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *História da educação*, Pelotas, v. 7, nº 14, 2003, p. 31-45.

POLLAK Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RAIMUNDO, Inês Macamo. Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma Política de Migração. *Estudos moçambicanos*, Maputo, nº 22, 2011, p. 65-90.

RANTALA, Janne. Rapper Azagaia e seus críticos. *Kulimar*, Matola, nº 4, dez. 2015, p. 127-140.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

THIAW, Ibrahima. L'archéologie de l´île de Gorée, au Senegal: chaque Maison a une histoire. In: SANSONE, Lívio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar (org.). *La construction transatlantique d'identités noires*: entre Afrique et Amériques. Paris: Karthala, 2010, p. 41-56.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past*: power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995.

WERBNER, Richard. Beyond oblivion: confronting memory crisis. In: WERBNER, Richard (ed.). *Memory and the postcolony*: African anthropology and the critique of power. London: Zed Books, 1998.

YOUNG, Crawford. The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing African political dynamics. *African affairs*, Oxford, v. 103, nº 410, jan. 2004, p. 23-49.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro*: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: Ed. UFBA, 2007.